

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Marcela Natany de Moraes Fragoso

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A
CRISE DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO
DE IMPORTAÇÕES.**

CARUARU

2013

MARCELA NATANY DE MORAIS FRAGOSO

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A
CRISE DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO
DE IMPORTAÇÕES.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Pernambuco, como parte
dos requisitos necessários à obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

CARUARU

2013

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva CRB/4-1223

F811p Fragoso, Marcela Natany de Moraes.

 Processo de industrialização na América Latina: a crise do modelo de industrialização por substituição de importações. / Marcela Natany de Moraes Fragoso. – Caruaru, 2013.

 35 f.; 30 cm.

 Orientadora: Glaudionor Gomes Barbosa.

 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2013.

 Inclui referências.

MARCELA NATANY DE MORIAS FRAGOSO

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A
CRISE DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO
DE IMPORTAÇÕES.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Pernambuco, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.**

APROVADA POR:

Orientador: Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE)

2º Examinadora: Prof. Ana Paula Sobreira Bezerra (UFPE)

3º Examinador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (UFPE)

CARUARU/PE: 02 DE MAIO DE 2013

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é a realização de mais um passo de uma longa caminhada que está só começando, e por isso só tenho a agradecer a toda força que recebo para continuar a buscar meus objetivos.

Por isso, gostaria de agradecer ao orientador do meu trabalho e grande mestre, Professor Glaudionor Barbosa, que me ensinou tanto, e me mostrou o lado belo do curso de economia. Ao meu professor e grande amigo André Martins, que me acompanhou durante todos esses anos de minha graduação e Ana Paula, sempre alegrando os dias na universidade com o sorriso largo e apoio sincero. Esses três me fizeram permanecer no curso, e me convenceram a não desistir dos meus sonhos. Meus sinceros agradecimentos!

A minha família, por acreditar em meu sonho de ser economista, e sempre me apoiar em minhas escolhas, em especial a minha Vó que não está mais entre nós, mas que tinha o desejo enorme de acompanhar o fechamento de mais um ciclo em minha vida. E meu noivo Felipe Augusto, por me incentivar, pelas idas a vindas à Universidade sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Obrigada a Deus por ter me guiado e me ajudado nesses anos todos de pesquisa e estudo.

RESUMO

O presente trabalho de monografia é parte integrante do curso de graduação em Ciências Econômicas, realizado na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Tem como objetivo analisar o processo de industrialização da América Latina, com foco na teoria de desenvolvimento periférico da Cepal, centralizando toda a discussão no processo de industrialização por importações. Assim, de forma simples e sucinta as principais problemáticas a cerca da implantação do modelo vão ser expostas, dados apresentados vão servir de base para analisar problemas por vários ângulos. Em suma, é proposta uma leitura fácil e dinâmica aliada à exposição de análises, para mostrar que apesar de ser a solução mais viável no que se diz respeito ao processo de industrialização e desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, a substituição por importação sucumbiu, e serão mostradas as variáveis que tornaram essa política limitada.

Palavras-chaves: Cepal. Desenvolvimento. Substituição de importação.

ABSTRACT

This research monograph is an integral part of the undergraduate degree in Economics, held at the Federal University of Pernambuco - UFPE. Aims to analyze the process of industrialization of Latin America, focusing on the theory of peripheral development CEPAL, centralizing all the discussion in the process of industrialization through import. Thus, simply and briefly the main issues about the implementation of the model will be exposed, data presented will serve as a basis to analyze problems from various angles. In short, we propose a readable and dynamic combined exposure analysis, to show that despite being the most viable solution as it relates to the process of industrialization and development of developing countries, the import substitution succumbed, and will be shown variables that made this policy limited.

Palavras-chaves: CEPAL. Development. Import substitution.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

ISI – Industrialização por substituição de importações

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. TRANSFORMAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.....	13
2.1 Um breve histórico das características do modelo exportador.....	13
2.1 A Teoria de Desenvolvimento Periférico de Prebisch e da CEPAL.....	15
2.2 Industrialização na periferia como padrão de desenvolvimento problemático.....	17
2.3 Surgimento e evolução do estrangulamento externo.....	19
3. O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	21
3.1 Acepções do termo “substituição por importações”	22
3.2 Dinâmica do processo com base na teoria da CEPAL.....	23
3.3 Principais vantagens da substituição de importações.....	24
4. CRISE DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	26
4.1 Considerações a cerca das limitações do modelo.....	26
3.2 Principais críticas à Substituição de importações.....	28
5. CONCLUSÃO.....	32
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Para entender melhor como se deu o desenvolvimentismo no Brasil, precisamos analisar com cuidado a teoria de desenvolvimento dos países periféricos da Cepal e de Prebisch. É através da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, que a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), elaborou toda a análise e políticas visando superar o atraso da América Latina através da industrialização.

A CEPAL apontou as principais problemáticas que barravam o desenvolvimento econômico dos países periféricos. Denunciou a desconformidade existente nas relações internacionais, e apontou a tendência secular da deterioração dos meios de troca. Suas propostas reformistas contrariavam os interesses da elite conservadora latino-americana e alguns membros da camada internacional.

A teoria de desenvolvimento de Raul Prebisch e da CEPAL é uma análise do padrão de transformação que ocorre na “periferia” latino-americana. Prebich usa o método de exame das economias dos países desenvolvidos, consertando com o das avançadas.

O ponto de partida para nossa análise é a teoria de Prebisch, com sua crítica a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, que propunha que os países se especializassem na produção de produtos nos quais possuem vantagens comparativas de custo. Desse modo os países da América Latina produziriam alimentos e matérias-primas para exportação e importaria produtos manufaturados, o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos (centrais), incorporado nas importações, seria difundido nos países subdesenvolvidos (periféricos), por meio da redução dos preços dos produtos industriais importados. Ao mesmo tempo, a menor incorporação de tecnologia na produção de produtos primários e a maior demanda dos países centrais (gerado pelo aumento de sua renda), aumentariam os preços dos produtos primários. Baseado nessa tese, os países subdesenvolvidos não precisariam industrializar-se, para atingir o crescimento econômico.

Assim o trabalho propõe observar o cenário do final da década de 1940, no qual os economistas latino-americanos perceberam que os principais problemas da América Latina se agravariam pelo debilitamento do poder de compra de suas exportações. Essa

confirmação ficou comprovada com o estudo de Prebisch, de 1948, que examinou durante 65 anos (1880 a 1945) a evolução dos preços dos produtos agrícolas e industriais, onde o autor percebeu uma tendência nítida para a deterioração das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos.

A especialização e exportação de produtos primários eram incapazes de estimular o desenvolvimento industrial dos países periféricos. Com a mudança para um novo padrão de crescimento, “voltado para dentro”. Os países periféricos mudaram o eixo do seu desenvolvimento, com uma política que fortaleceria o seu mercado interno. Nesse modelo - voltado para dentro -, a variável endógena, substitui a variável exógena, ou seja, o investimento industrial substitui a procura externa como principal fonte de dinamismo de crescimento.

Com a constatação de que o processo de especialização e exportação de produtos primários se tornaria falha e que os países periféricos se distanciariam como vez mais do progresso técnico e do desenvolvimento, surgiu a tese d Processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).

O modelo ISI surgiu como processo da industrialização latino-americana, que resulta da ideia que o processo é uma interação dinâmica entre o desequilíbrio externo e as novas demandas por exportação. O início do processo se dá com a substituição de bens duráveis, que envolvem uma tecnologia simples e pouco capital, é inevitável para as novas indústrias a importação de bens intermediários e de capital, de extrema necessidade para o processo de produção, que as economias periféricas especializadas continuarão incapazes de produzir um estágio muito posterior da industrialização.

Ainda que o Processo de Industrialização por importações diferenciasses o Brasil dos demais países latino-americanos, por ocasião da diversificação industrial e da elevação das taxas de crescimento, por que ele sucumbiu?

O presente trabalho tem como objetivos específicos: (a) mostrar um breve histórico da tese de desenvolvimento periférico da CEPAL e de Prebisch; (b) identificar como a industrialização na periferia se tornou um padrão de desenvolvimento sem precedente e problemático; (c) o surgimento de uma nova tese, a de Substituição de importação; (e) em que cenário essa nova tese surgiu; (f) como se deu sua implantação; (g) quais fatores que levaram a crise do modelo.

Logo após esta introdução, a segunda seção do trabalho vai mostrar as características a Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina, onde faremos uma breve releitura da estrutura de desenvolvimento tradicional, o modelo exportador, para depois analisaremos com mais cuidado a tese de desenvolvimento dos países periféricos proposta pela Cepal e Prebisch. Daí o leitor ficará a par dos principais fatores que desencadearam o processo de industrialização tardio nos países periféricos.

Assim, a partir da terceira seção apresentaremos a tese do Processo de Industrialização por Importação como forma de desenvolvimento da América Latina, destacando suas características gerais e principais vantagens como forma de crescimento econômico. Deste modo, na quarta e última seção vão ser discutidas as principais críticas e limitações do modelo ISI. Tal discussão vai ser exposta para mostrar problemas, potencialidades, apontando as principais incoerências empregadas no modelo.

No quinto capítulo, a conclusão faz uma análise geral do trabalho para logo em seguida ser apresentada as referências bibliográficas.

Ou seja, inicialmente será identificado o cenário no qual a América Latina se encontrava a época do seu processo de industrialização, para assim identificarmos como se deu as transformações na forma do modelo de desenvolvimento tradicional. Analisaremos então a tese cepalina, e os fatores cruciais que determinaram essa mudança de eixo da economia. Depois – nas seções seguintes – será feita uma análise geral da tese do Processo de Industrialização por Importações, suas principais vantagens e desvantagens. Para depois explanarmos porque a tese não solucionou os problemas da industrialização, e entrou em crise.

2 TRANSFORMAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

No presente capítulo apresentamos alguns conceitos atribuídos ao tema, começaremos fazendo um breve estudo sobre as características do modelo exportador, para depois traçarmos um perfil histórico, com base na teoria cepalina, da industrialização dos países periféricos como fenômeno fundamental para promoção de desenvolvimento econômico e de como se deu a mudança do eixo do desenvolvimento econômico.

2.1 Um breve histórico das características do modelo exportador

Para entendermos como se deu o processo de desenvolvimento na América Latina, precisaremos confrontar as formas de desenvolvimento, para isso analisaremos de forma breve o modelo exportador e suas principais características.

O setor externo é comumente considerado fator determinante nas economias primário-exportadoras. A ênfase dada são para suas duas variáveis básicas, as exportações, como variável exógena responsável pela geração de parte da renda nacional e crescimento da mesma, e as importações como suprimento de bens e serviços, atendendo a carência do mercado nacional. Porém dessa forma sintética não se consegue avaliar as peculiaridades de uma economia aberta. Assim para avaliar corretamente esses dois componentes do setor externo em economias periféricas (subdesenvolvidas) é preciso saber o papel histórico que desempenhou nas economias centrais (desenvolvidas).

Nas economias desenvolvidas, o setor externo foi em geral preponderante, e basicamente utilizou as duas variáveis descritas acima. Analisaremos então a mesma forma de desenvolvimento em outro tipo de economia.

Começaremos então fazendo uma análise das exportações em ambos os casos.

Nas economias desenvolvidas dos países centrais, as exportações desempenham papel fundamental na renda nacional, mas não podemos considerá-la como única responsável por esse crescimento. O que houve foi a junção da variável interna e externa como determinante desse desenvolvimento, ou seja, investimento autônomo

unido a inovações tecnológicas. O que permitiria um maior aproveitamento do mercado externo com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna.

A América Latina possuía basicamente um único centro dinâmico que geraria crescimento de renda, as exportações. Isso se deu também pela pouca diversificação do setor produtivo interno, que era especializado em poucos bens primários. Segundo Maria da Conceição Tavares, as possibilidades de crescimento do mercado interno, dependiam de muitos fatores, como por exemplo, os tipos de função de produção adotados e ao fato de o setor ser ou não enclave de propriedade estrangeira. Em suma, o grau de difusão da atividade exportadora sobre o espaço econômico de cada país dependia da natureza do processo produtivo desses bens primários e do seu maior ou menor efeito multiplicador e distribuidor de renda. (TAVARES, CONCEIÇÃO, 2011).

Não se pode afirmar que essa dinâmica econômica voltada para exportação, foi de todo mal, houve um processo de urbanização, onde se estabeleceram nos grandes centros urbanos indústrias de bens primários. Porém essas indústrias são de baixo nível de produtividade, que emergiam através do setor exportador, e estavam presentes em quase toda América Latina.

Esse cenário tornava as economias periféricas dependentes da demanda do mercado externo. A baixa atividade do setor industrial e produção da agricultura de subsistência, eram incapazes de gerar um dinamismo próprio para atividade interna.

Analisando a segunda variável, as importações, constataremos seu caráter distinto nas economias abertas ou centrais. No qual esse setor servia basicamente para o suprimento demanda de produtos primários e alimentos. Já nas economias subdesenvolvidas as importações serviam para abastecer um grande mercado interno de bens de consumo, além da demanda de bens de capital gerada pelo crescimento exógeno da renda.

Assim, o papel do setor externo como mecanismo de ajuste entre estruturas de demanda e produção interna assume também um caráter marcadamente diverso, em grande parte responsável pela subsequente mudança de modelo de desenvolvimento. (TAVARES, CONCEIÇÃO, 2011).

O ponto central da problemática de nossa economia “para fora” está na questão da divisão do trabalho, onde nas economias periféricas havia uma forma totalmente distinta de divisão do trabalho, imposta pelas economias centrais. Essa problemática será analisada com mais ênfase na próxima seção, onde trataremos da tese de desenvolvimento dos países periféricos elaborada pela CEPAL e Prebisch.

2.2 A teoria de Desenvolvimento Periférico de Prebisch e da CEPAL

Logo após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas criaram a comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), para contribuir com o desenvolvimento da região. Suas bases foram instaladas em Santiago do Chile, e contava com forte oposição, sendo considerada nos meios conservadores como mais uma entre as várias “organizações especializadas que estavam proliferando em torno das Nações Unidas” (FURTADO, CELSO, 1985). Contrariando a oposição, a Cepal teve vida longa e papel fundamental no desenvolvimento dos países periféricos.

A base da doutrina da CEPAL reside na análise do padrão clássico de realizações de comércio exterior entre os países do centro e os países da periferia, a idéia de “Centro-periferia” é considerada a uma das bases da teoria cepalina. Esse padrão criou uma divisão internacional do trabalho, onde os países da periferia se especializariam na exportação de produtos primários para os países centrais, que por sua vez, supririam os países periféricos de produtos manufaturados, conforme mostrado na seção anterior.

Nessa forma de divisão internacional do trabalho, o padrão de crescimento dos países periféricos era “voltado de dentro para fora”, o setor exportador era o predominante no processo de crescimento da renda interna e a procura externa funcionava como o “motor do crescimento”. As economias dos países periféricos eram consideradas pela CEPAL como extremamente dependentes dos países considerados centrais. A especialização na produção e exportação de produtos primários era incapaz de estimular o desenvolvimento industrial. Essas economias ficaram caracterizadas como “reflexas e dependentes”. Havia, segundo Prebisch, uma deterioração dos termos de troca, que poderia ser explicado pela teoria do ciclo. Na fase ascendente, os preços e a renda se elevavam nos países desenvolvidos, o que elevaria a demanda internacional por produtos primários e alimentos. Ocasionalmente um aumento da oferta dos produtos

dos países periféricos. Porém produtos primários como carne, café, precisam de tempo para produção, havendo então uma defasagem de resposta da oferta de alguns anos, não sendo possível obter de imediato todos os ganhos decorrentes da elevação dos preços. Além disso, quando chegamos ao fim da fase ascendente, e os preços começarem a cair, os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir de imediato suas ofertas, fazendo com que os preços se reduzam ainda mais na fase descendente.

Prebisch argumentava que os países ricos, poderiam ajudar os periféricos, liberando empréstimos na fase descendente, fazendo assim com que a periferia continuasse podendo importar seus produtos, sobretudo bens de capital. Isso seria possível por que, na depressão os recursos financeiros ficariam ociosos nos países centrais, podendo ser emprestados. Essa análise mostra também a impossibilidade dos países periféricos obterem progresso técnico. A dependência comercial e a troca desigual resultariam na transferência do excedente dos países periféricos para os países centrais, aumentando ainda mais a desigualdade de renda e desenvolvimento entre esses países. As alternativas para esse entrave estavam na industrialização dos países subdesenvolvidos e na diversificação dos mercados externos, que estava concentrado nos EUA.

A segunda base fundamental da teoria cepalina é que teria ocorrido uma mudança de direção do crescimento periférico a partir da I Guerra mundial, num processo que ganharia um impulso decisivo na depressão dos anos 30. Até o momento o crescimento havia sido “para fora”, dentro do padrão das vantagens comparativas, descritas na teoria de Ricardo. Segundo Ricardo Bielschowsky, essa mudança se deu as transformações na economia mundial – maior protecionismo no centro, menos elasticidade-renda da demanda por produtos primários, menor o coeficiente de importação no novo centro cíclico, os Estados Unidos, e assim por diante – teriam sido responsáveis por um processo espontâneo de industrialização, dinamizado por problemas de desequilíbrio no balanço de pagamentos. A deterioração dos termos de troca vem a ser apenas um elemento extra, que se adiciona aos problemas desse desequilíbrio. A transferência do eixo do desenvolvimento de “fora para dentro”, teria um significado histórico especial, não apenas para os países periféricos, teríamos uma nova era de difusão do progresso técnico. É válido colocarmos as palavras empregadas por Prebisch na introdução de seu famoso ensaio econômico sobre a América Latina:

A difusão do progresso tecnológico dos países que o geram ao resto do mundo tem sido, do ponto de vista de cada geração, relativamente lento e irregular. Durante o longo período que transcorreu entre a Revolução Industrial e a I Guerra Mundial, os novos métodos de produção nos quais a técnica se expressou atingiram apenas pequena fração da população mundial... Assim, os grandes centros industriais do mundo cresceram, enquanto a vasta e heterogênea área da periferia apenas partilhava de fatia irrisória dos aumentos de produtividade.

Nessas áreas periféricas, o progresso técnico somente afetou pequenos setores da vasta população, já que, em geral, apenas penetrou onde foi necessário à produção de alimentos e matérias-primas de baixo custo para consumo dos grandes centros industriais.

(...) Tudo que aconteceu naquele período foi que a economia mundial passou por um estágio singularmente importante em seu crescimento, mas, apesar do significado dos seus efeitos, dificilmente poderia ser chamado de estágio final, já que, até certo ponto, deixou intocada a vasta área periférica, com sua enorme capacidade potencial para simular o progresso técnico, de modo a elevar o padrão de vida profundamente inadequado das massas de sua população.

Examinando de forma adequada, o desenvolvimento econômico dos países periféricos corresponde a outro estágio da difusão mundial das novas formas de progresso técnico, ou melhor dizendo, do desenvolvimento orgânico da economia mundial. Alguns sinais desse novo estágio já haviam aparecido nos países de produção primária antes da I Guerra Mundial. Mas foi a guerra, com suas dificuldades de manter as importações, que revelou as possibilidades industriais daqueles países, ao passo que a Grande Depressão dos anos 30 reforçou a convicção de que aquelas possibilidades tinham que ser usadas de modo a compensar, por meio de desenvolvimento interno, o manifesto fracasso do estímulo interno que até então tinha ativado a economia americana. Esta convicção se confirmou durante a II Guerra Mundial, quando a indústria latino-americana, com todas as suas improvisações e dificuldades, tornou-se uma fonte de emprego e consumo para grande e crescente parte da população. (Prebisch, 1949, p.34)

A análise feita por Prebisch, só comprova a tendência natural a industrialização. Essa seria uma mudança histórica fundamental, onde as técnicas produtivas e aumento da produção seriam absorvidos também por regiões atrasadas. Porém essa reestruturação e elevação dos meios de produção poderiam trazer uma problemática, tendo em vista a moderna economia internacional, a análise dessas problemáticas também é característica da teoria da Cepal, conforme analisaremos a seguir.

2.3 Industrialização na periferia vista como padrão de desenvolvimento problemático

A teoria de desenvolvimento de Prebisch e da Cepal é uma análise do padrão de transformação que ocorre na “periferia latino-americana”. O processo é visto como singular, diferindo daquele que ocorreu na revolução industrial dos países

desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, RICARDO, 2004). Em sua teoria Prebisch contrapõe as economias desenvolvidas com as periféricas, não com a finalidade de descrever um processo de transformação ideal, mas para identificar suas falhas e particularidades, que dificultam a transformação dessas economias.

Nesta contraposição, o autor chama atenção para as desconformidades do processo de industrialização dos países desenvolvidos e periféricos. Nos países que passaram pelo processo clássico de industrialização, sua demanda estava intimamente ligada ao progresso técnico, onde se variava a produção de acordo com a demanda de consumo da sociedade, e os setores produtivos se expandiam quase que simultaneamente, não gerando assim, desconformidades na economia. Ao contrário do cenário dos países centrais, o desequilíbrio externo tendia a ser recorrente das economias dos países periféricos, tanto da razão da inelasticidade de suas exportações quanto da necessidade de importar bens de capital e insumos intermediários não disponíveis internamente. A crise na estrutura produtiva dos países atrasados demonstra suas dificuldades em prosseguir no processo de transformação, satisfazendo o moderno padrão de demanda.

O novo estágio da economia periférica, que mudaria as bases de seu desenvolvimento, tornando-o para “dentro”, começaria com grandes dificuldades, a princípio herdaria uma economia especializada em poucas atividades de exportação, com aprimoramento em produtos primários, o que dificultaria a mudança do eixo da economia, tendo em vista que o mercado interno não supriria a demanda local dos produtos que antes eram importados. Por outro lado, o chamado “efeito demonstração”¹

– tendência das elites dos países periféricos de copiarem os padrões de consumo dos países do centro – ampliava a pressão sobre as importações.

¹ A tese do desequilíbrio externo é fator condicionante dos vários ciclos econômicos brasileiros na análise de Celso Furtado, no seu clássico *Formação econômica do Brasil*.

Segundo Bielschowsky, a continuidade do “novo estágio de difusão do progresso técnico estaria fortemente ameaçada pelo conjunto de problemas que são característicos das economias periféricas”.

- a) Devido a incapacidade produtiva das exportações, não era possível absorver o excedente de mão-de-obra, havendo assim um desemprego disfarçado nas primeiras fases do novo processo. Na periferia, ocorre escassez de capital e oferta de mão-de-obra abundante.
- a) Segundo a Cepal, a deterioração dos termos de troca seria outra tendência que dificultou o processo de industrialização. As economias periféricas que dependiam da exportação e especialização em produtos primários gerariam um excedente de mão-de-obra e por consequência uma redução nos salários, tendo em vista que a demanda internacional de bens primários é muito lenta. Mantendo então a tendência a deterioração dos termos de troca, ampliando o desequilíbrio externo.
- b) A tendência ao desequilíbrio externo é resultado das exigências de uma economia que pouco se diversificou em bens de capital, havendo uma exigência do mercado interno da produção dos produtos antes importados. O resultado é que, não havendo nada no sistema que assegure proporcionalidade entre o crescimento da demanda por importações e o crescimento da capacidade de importar, o problema do desequilíbrio externo tende a reaparecer ao longo do processo, ao invés de desaparecer com ele, pelo menos até que um estágio bem avançado da industrialização tenha sido atingido.
- c) A tendência à inflação é uma característica que surge no mesmo contexto estrutural. Em uma economia pouco diversificada se criam desequilíbrios estruturais resultando num processo inflacionário.

2.3.1 Surgimento e evolução do estrangulamento externo

Vistas as principais problemáticas a cerca da industrialização na periferia, analisaremos agora o surgimento e evolução do estrangulamento externo, que é considerado fator determinante da perda do dinamismo do setor externo, que é uma característica dominante no modelo de substituição das importações e que estará presente em quase todas as economias da América Latina.

Há duas formas principais de estrangulamento exterior, um com capacidade de importar limitada ou declinante (caráter absoluto), e outro com a capacidade de importar que cresce lentamente a um ritmo inferior ao produto (caráter relativo). A primeira forma de estrangulamento está diretamente ligada as contradições do comércio internacional pelo qual passa os produtos primários. E a segunda diz respeito à tendência de longo prazo das exportações dos mesmos.

Segundo Tavares, convém antes de descrever o processo de estrangulamento externo, é preciso entender o cenário pelo qual as economias estavam passando, avaliar o período histórico também se faz necessário:

Apesar das vicissitudes e comportamento do setor externo latino-americano estarem fartamente documentados é preciso recapitular brevemente, para fins de análise posterior, alguns dos principais antecedentes na experiência regional.

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, nem o quantum nem o poder aquisitivo das exportações haviam alcançado o nível anterior ao da grande crise. Depois da guerra, o poder aquisitivo das exportações melhorou em termos absolutos devido ao aumento do quantum exportado e a um período de melhoramentos da relação de intercâmbio, entre 1949 e 1954. A partir de 1954, exclusão feita da Venezuela, o poder de compra das exportações dos demais países manteve-se estagnado e, inclusive, tendeu a decrescer nos últimos anos, como resultado da deterioração da relação de trocas.

Se se compara a evolução da Renda Nacional e do poder de compra das exportações em termos per capita fica mais evidente o fenômeno da não recuperação do setor externo em termos relativos. Desde 1928-29 até 1960, ao mesmo tempo que a renda média por habitante da região se elevou em mais de 60%, o poder aquisitivo das exportações por habitante decresceu em mais de 50%. Incluindo os anos 1950 e 1951, que foram os mais favoráveis do pós-guerra para nossas exportações, o poder aquisitivo por habitante continuou sendo inferior a 23% ao nível de antes da crise. Este estrangulamento do setor externo e o concomitante processo mais ou menos intenso de substituição das importações traduziu-se por uma diminuição do coeficiente geral de importações em nossas economias. As importações, que antes da grande crise representavam 28% da renda conjunta da América Latina, constituíram, recentemente, uma proporção relativamente pequena (12%), representando já no período de 1945-49 apenas cerca de 15%. (TAVARES, 2011, p.68).

Estabelecendo uma relação entre a evolução do setor externo e as alternativas que o processo de industrialização por importação trazia em sua tese, teremos que distinguir três períodos, tão bem analisados por Tavares:

O primeiro período, que vai desde a grande crise até o fim da Segunda Guerra Mundial, transcorreu com reduções severas globais ou específicas da capacidade para importar em diversas conjunturas. Por conseguinte, trata-se de um período em que as restrições do setor externo tiveram um caráter “absoluto”, o que exigiu um esforço de substituição bastante acentuado em

quase todos os países da região, traduzido por uma baixa considerável do coeficiente geral de importações. Esta primeira fase se caracterizou, sobretudo, pela substituição dos bens não duráveis de consumo final. Em alguns países maiores, entre os quais se encontra o Brasil, segundo veremos, avançou-se até a categoria dos produtos intermediários e dos bens de capital.

O segundo período, que abrange o primeiro decênio depois da guerra, transcorreu em condições de menores limitações da capacidade para importar. O crescimento do poder de compra das exportações, se bem que insuficiente para restituir ao setor externo o seu peso relativo, permitiu no entanto um aumento considerável do dinamismo da economia, uma vez que se conjugava a expansão da atividade interna com uma melhoria das condições do setor exportador.

Na realidade, durante este período, para a maior parte dos países da América Latina, a orientação do crescimento voltou a ser mais “para fora” do que “para dentro”, pois repousou em maior grau na melhoria do poder de compra das exportações do que na substituição de importações. Para alguns poucos países, no entanto, como por exemplo o Brasil, houve realmente o aproveitamento dessa situação relativamente favorável do setor externo para expandir o processo de industrialização. Assim, “o processo de substituição” avançou consideravelmente, entrando nas faixas de bens de consumo duráveis, e continuando, em algumas faixas de produtos intermediários e bens de capital.(TAVARES, 2011, p.69)

Tavares está portando querendo afirmar que essas três décadas, correspondem ao período de maior crescimento para a América Latina. O que só foi possível graças ao poder de compra das exportações terem crescido rapidamente, embora tenha crescido menos que o produto. Isso implica que as limitações do setor exportador teriam apenas um caráter relativo.

A partir de 1956 as condições do setor externo voltaram a ser restritivas e a capacidade para importar da região tendeu novamente à estagnação. A maior parte dos países não conseguiu aumentar o ritmo de desenvolvimento pela via de substituição por importações. O que será examinado nos capítulos seguintes.

3 MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

No presente capítulo apresentaremos a abordagem da industrialização por substituição de importação. O tema é tratado como sendo a ponto inicial para o novo estágio de difusão de progresso técnico nos países periféricos, premissa esta que aparece em todas as conceituações relacionadas a teoria cepalina, apresentando as fontes de

ideias e a sistemática para o surgimento de um pensamento voltado para o incentivo de uma economia fechada, com foco no mercado interno.

3.1 Acepções do termo “substituição por importações”

Interpretar o termo substituição de importações na forma literal, não nos permite explicar o modelo, tendo em vista que o termo nos leva a considerar que houve uma diminuição, ou até mesmo desaparecimento das importações pela produção interna.

Para entendermos melhor suas implicações segue argumentação de Tavares a respeito das acepções desse termo “substituição de importações”:

Na realidade, o termo “substituição de importações” adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais.

(..) Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse desideratum. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o quantum de importação global: essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada! Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam: Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição. (TAVARES, 2011, p.70)

Tavares no texto acima desfaz o equívoco gerado em torno dessa nova forma de desenvolvimento. Havia sem uma preocupação em proteger o mercado interno, porém as medidas tomadas não viriam a fechá-lo totalmente, até por que se fazia necessário a importação de bens de capital, sem a tecnologia dos países centrais se daria inviável o processo de industrialização dos países periféricos.

A questão trazida pelo modelo estava na diminuição do coeficiente de importações, e o fortalecimento do mercado interno, onde agora seriam produzidos bens para consumo para abastecimento da demanda interna, que antes importados. A antiga concepção de divisão internacional do trabalho ficaria para trás, trazendo a oportunidade dos países antes extremamente dependentes do setor exportador, pudesse agora desenvolver seus mercados internos, e buscar a dependência tão desejada.

3.2 Dinâmica do processo com base na teoria da CEPAL

Tendo como parâmetro que a industrialização é o caminho do desenvolvimento, a Cepal propunha a substituição do padrão de crescimento “para fora” (voltado para o mercado externo) pelo padrão “para dentro” (voltado para o mercado interno). A análise da Cepal apenas racionalizava um processo em curso, provendo uma justificativa para os governos adotarem políticas de substituição de importações de maneira mais efetiva, tendo em vista que o modelo já existia, e era empregado sob a pressão da insuficiência contínua a capacidade de importar, a novidade era empregá-lo de forma espontânea, porém essa decisão envolvia um alto custo social. O modelo substitutivo se baseava na conjunção de medidas protecionistas, a fim de absorver a sobra de mão-de-obra, com a aplicação de critérios seletivos de importação, devido à tendência ao desequilíbrio externo. A estas medidas somavam-se políticas de crédito e de fomento à infraestrutura.

O fundamento da tese de substituição de importações como processo específico da industrialização latino-americana consistia na ideia de que o mesmo era resultado da interação dinâmica entre o desequilíbrio externo e as novas demandas por importação. A fim de se evitar a tendência imanente ao desequilíbrio exterior era necessária uma política preventiva que promovesse modificações na composição das importações e, posteriormente, impulsionasse a exportação de manufaturas. Prebisch tinha consciência de que os centros dificilmente estimulariam este processo.

O processo se iniciava com a substituição de importações de bens finais não duráveis, que envolviam tecnologia simples e pouca exigência de capital e de escala. Passada a fase dos setores de instalação “fácil”, as novas indústrias exigiam a importação de bens intermediários e de capital, que as economias periféricas estariam incapazes de produzir até um estágio bastante avançado de industrialização. Se por um lado o processo substitutivo aliviava as importações, por outro impunha novas exigências, devido à nova estrutura produtiva que criava e ao aumento da renda que gerava. Assim, renovava-se continuamente o problema da insuficiência de divisas, posto que o modelo substitutivo apenas alterava a composição das importações (BIELSCHOWSKY, RICARDO, 2004).

Foi através de Maria da Conceição Tavares (1964), citada amplamente nos capítulos anteriores, que ideia de substituição de importações, como processo dinâmico foi cuidadosamente formulada para o Brasil. Muito embora sua versão mais detalhada encontrava-se na teoria da Cepal desde os anos 1950. Sua formulação continha três ideias básicas: primeiro, que a tendência ao desequilíbrio externo era inerente à industrialização periférica; segundo, que a industrialização latino-americana consistia num modelo substitutivo gerado por déficits externos; por último, que o processo promovia uma mudança na composição das importações, sem reduzir seu volume. Os déficits externos eram vistos tanto como um estímulo original ao processo substitutivo quanto como uma barreira à sua continuidade. Para Tavares, a maneira de aprofundar este processo até a etapa de investimento da indústria pesada passaria pela combinação de três elementos: a diversificação na estrutura produtiva das economias periféricas, o tamanho do mercado interno e a capacidade para importar. O principal obstáculo interno era a exclusão da maioria da população do mercado de consumo industrial, devido à falta de crescimento da renda rural. Por isso, Tavares defendia a reforma agrária a fim de se criar um mercado de massas para os produtos industrializados. (KAY, 1989; BIELSCHOWSKY, 2004).

3.3 Principais vantagens da substituição de importações

A grande vantagem da substituição de importações é poder adotar processos de produção que já deram certo em outros países, possibilitando a aprendizagem e a geração de técnicas endógenas, ao mesmo tempo em que a economia passa a produzir para um mercado já existente (SOUZA, NALL, 2008). A industrialização de substituição de importações foi, sem lugar a dúvida, um processo reativo: tratou-se de encher um vazio. Uma demanda que florescera no quadro da economia primário-exportadora deu sentido e direção às transformações operadas no sistema produtivo (FURTADO, CELSO, 2000).

Uma política de substituição de importações ultrapassa o argumento de proteção à indústria nascente. Mesmo usando como base o argumento de que a proteção será dada a um setor antigo que enfrenta dificuldades com a concorrência externa, por problemas, sejam eles estruturais ou conjecturais. Esse raciocínio justifica as políticas protecionistas dos Estados Unidos, Europa e Japão. O modelo ISI tem como característica básica, a flexibilidade e capacidade de empregar recursos escassos para

importar maior número de produtos. O protecionismo é o ponto crucial na ajuda dessas economias subdesenvolvidas a traçar caminhos rumo ao desenvolvimento.

Para uma se obter uma economia crescente e de forma acelerada, seguem argumentos descritos por Souza em sua tese de desenvolvimento econômico:

Para crescer de modo acelerado, torna-se indispensável o emprego intensivo de linhas de crédito lastreadas em expansão contínua da poupança proveniente das três fontes fundamentais: famílias, governo e setor externo, bem como pela adoção progressiva de novos pacotes tecnológicos. A poupança privada nacional pode ser acrescida da poupança do governo (superávits do consumo corrente) e da poupança externa. Esta deriva do movimento de capitais externos, de empréstimos ou de risco (investimentos diretos), bem como financiamento de importações. A tecnologia pode ser gerada por um processo de aprendizagem. Aprende-se fazendo, isto é, adquire-se tecnologia no ato de produzir, que aumenta a produtividade. (Souza, 2008, p. 153).

O texto acima descreve as medidas que tornam viável o crescimento econômico e aquisição tecnológica, por meio das políticas protecionistas da modelo ISI. Havendo maior capacidade de industrialização, aliado a um aumento na produção e diversificação, a economia por si só se especializará, aumentando assim sua base exportadora. À medida que existe uma abertura na economia deste setor, haverá um aumento no número de empresas concorrentes, crescimento no número de bens produzidos, elevando assim o bem-estar da sociedade. É preciso o amadurecimento e aprendizagem das empresas antes dessa abertura. Caso contrário, muitas indústrias podem fechar, aumentando o desemprego.

A substituição de importações é ainda mais necessária nos estágios iniciais do processo de industrialização. As formas mais comuns para economizar divisas, reduzir a concorrência externa e proteger a indústria são: (a) aumento das tarifas alfandegárias para produtos concorrentes; (b) estabelecimento de quotas máximas ou proibições de importar determinado produto; (c) desvalorização cambial, que encarece as importações; (d) restrições à saída de turistas nacionais e de trabalhadores especializados; (e) limitações do investimento estrangeiro em setores específicos (SOUZA, NALL, 2008).

Para os teóricos da política de proteção a indústria nascente, não será porque o mercado interno não possui tecnologia suficiente para produzir determinado bem que se deve importá-lo. Assim o país subdesenvolvido, que importa bens de capital, elimina importante fonte de aprendizagem tecnológica (BRUTON, 1989, p. 1609). É de

fundamental importância para os países em desenvolvimento equipar seus trabalhadores, investindo na produção de bens de capital, aumentando assim a produtividade de sua indústria.

O Brasil, com vasto mercado interno não dependia apenas do dinamismo das exportações para crescer. Unidas a política de proteção ao mercado interno, se fazia necessário também, mão-de-obra especializada e apta ao processo de aprendizagem.

4 A CRISE DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

No presente capítulo apresentaremos a abordagem da industrialização por substituição de importação. O tema é tratado como sendo a ponto inicial para o novo estágio de difusão de progresso técnico nos países periféricos, premissa esta que aparece em todas as conceituações relacionadas a teoria cepalina, apresentando as fontes de ideias e a sistemática para o surgimento de um pensamento voltado para o incentivo de uma economia fechada, com foco no mercado interno.

4.1 Considerações a cerca das limitações do modelo

A industrialização de substituição por importações foi sem dúvida um processo de extrema importância para o desenvolvimento dos países periféricos. Mas não nos enganemos com respeito à natureza desse processo de reversão de mercado interno, pois ele ocorria em economias sem qualquer autonomia tecnológica. (FURTADO, 2000)

Desde o início a CEPAL identificou os problemas advindos com o processo de substituição de importações. A tecnologia adotada era muito capital-intensiva e o mercado interno limitado demais para a indústria. Ademais, apontava para a escassez de poupança e sua relação com os padrões de consumo dos grupos de renda relativamente alta. Os teóricos da dependência e os neoclássicos, ao realizarem críticas à política de substituição de importações no final dos anos 60, fizeram vistas grossas ao fato dos estruturalistas estarem entre os primeiros a reconhecerem os limites do modelo substitutivo. Na década de 60, a CEPAL publicaria uma série de críticas à industrialização via substituição de importações, sobretudo a sua falha em diversificar as exportações (KAY, 1989).

No fim da década de 50, a CEPAL incorporaria à sua estratégia de industrialização a ideia da integração regional. Foi proposta a formação de mercados

comuns latino-americanos como a ALALC e o Mercado Centro-Americano. Com relação a este último, a CEPAL sustentava que o desenvolvimento da sub-região centro-americana passava pela integração econômica e defendia a tese que esta poderia avançar rapidamente a partir da criação do quadro institucional necessário. Por trás destes esforços estava a consciência da estreiteza dos mercados internos, que só poderia ser superada com o aumento da escala para os investimentos. A integração regional permitiria o aumento das exportações e uma melhoria da eficiência industrial. Além disso, havia a noção política de que através dos “blocos” o poder de negociação dos países latino-americanos frente às nações do centro.

A partir da metade dos anos 50 ocorreu uma mudança no ritmo e na forma do movimento internacional de capitais e na organização das grandes empresas capitalistas internacionais. A entrada em cena das empresas multinacionais resultou na intensificação dos investimentos industriais em todo o mundo, modificando as relações centro-periferia. Nessa época, cresciam as discussões acerca do papel a ser desempenhado pelo capital estrangeiro na industrialização periférica. Este polêmico debate estava vinculado com as dificuldades crescentes no balanço de pagamentos, em decorrência do fim da Guerra da Coreia (1950-53).

A ideia do estrangulamento externo reaparecia relacionada à necessidade de atrair capitais estrangeiros privados, e não apenas se limitar à busca de capitais oriundos de recursos públicos (CARDOSO,1995; BIELSCHOWSKY, 2004). Prebisch via com cautela a contribuição do capital estrangeiro. Em seu Manifesto, ele defendia a tese de que se os investimentos estrangeiros fossem bem encaminhados contribuiriam para o aumento imediato da produtividade por trabalhador, complementando a poupança nos esforços de formação do capital necessário à industrialização e ao progresso técnico da agricultura. Analisando o lugar do capital estrangeiro no pensamento de Prebisch, Cardoso conclui que:

“Nas formulações iniciais de sua doutrina, ele aparece como recurso pro-tempore: é necessário aumentar a formação interna de capitais para elevar a produtividade e o Estado é o agente de aceleração deste progresso; como, entretanto, existem distorções (inflação, alta propensão ao consumo, etc), recorrer-se-á ao capital estrangeiro” (CARDOSO, 1995, p.57/58).

Reconhecia-se sua importância como introdutor de progresso técnico, mas advertia-se para a necessidade de uma política seletiva de admissão, que fosse capaz de impedir a difusão de padrões de consumo incompatíveis com a necessidade de acumulação reprodutiva, e orientasse um desenvolvimento imbuído de um sentido de autonomia nacional. Enfim, mesmo defendendo o estímulo trazido pelo capital estrangeiro, Prebisch alertava para o perigo de expandir os passivos externos dos países e submetê-los excessivamente ao peso de seu serviço. Por isso, ele achava mais prudente a ampliação do financiamento das agências oficiais (MARINHO, 1988; BIELSCHOWSKY, 2004).

A proposta de industrialização da CEPAL não era radical, pois não descuidava da base exportadora de produtos primários. Estes permitiriam que a industrialização não se defrontasse com problemas agudos de desequilíbrio externo. No Manifesto, Prebisch afirmava que o desenvolvimento da indústria não era incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. As importações necessárias de bens de capital seriam conseguidas através da exportação de produtos primários. Assim, quanto mais a América Latina exportasse, mais intenso seria o ritmo de seu desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1962).

4.1.1 Principais críticas à substituição de importações

Uma economia protecionista gerará conseqüentemente monopólios, marginalizando o crescimento de seguimentos concorrencias. O que acabará gerando gargalos na economia aumentando a concentração de renda. Afetará também a oferta de bens na economia, que se tornará menor, se compararmos a uma economia de livre comércio.

A principal crítica que se faz ao modelo é que esse sistema protecionista a indústria nacional gera altos custos médios e baixas taxas de retornos. Tanto os preços dos produtos nacionais como os preços dos produtos importados se elevam, aumentando então os custos médios, havendo então um dificultador ao desenvolvimento das indústrias interligadas tecnologicamente ao longo da cadeia. A Respeito das críticas aos altos custos Tavares conclui:

O problema de custos tem sido em geral, mal colocado, em termos de custos internos versus externos. De fato, sua relevância, do ponto de vista nacional, reside, sobretudo, em questões de natureza macroeconômica, quais sejam o

desperdício de recursos escassos e o mau aproveitamento de recursos abundantes nas economias latino-americanas.

(...) Quando se aborda, porém, o problema à luz do comércio internacional, necessariamente prevalece o aspecto microeconômico, uma vez que o que se tem em vista, em última análise, é o confronto dos preços internos com os preços internacionais vigentes. No entanto, mesmo neste caso, afirmar que a falta de competição é responsável pelos altos custos internos e que estes, por sua vez, impedem a entrada dos nossos produtos manufaturados no mercado internacional parece-nos uma colocação bastante insatisfatória do problema. Embora pareça paradoxal, a verdade é que se poderia sustentar que, dadas as economias de escala que se pudessem efetivar, seria recomendável que em certos setores existisse um maior grau de concentração e mesmo o monopólio.

No entanto, essa possibilidade teórica não resolveria, necessariamente, o problema dos altos custos relativos. A este respeito não devemos esquecer que as indústrias de substituição de nossos países foram instaladas para substituir importações que representavam uma fração insignificante da capacidade produtiva de qualquer país antes exportador. Para exemplificar este ponto, imaginemos que toda a indústria automobilística no Brasil estivesse concentrada numa só empresa para melhorar seus rendimentos de escala. Ainda assim, como sabemos, o volume de sua produção representaria apenas uma pequena fração de uma das grandes empresas europeias, por exemplo, a Volkswagen. (TAVARES, 2011, P. 83/84).

O modelo de substituição de importações não leva em consideração a importante questão das relações de insumo-produto entre os setores produtivos. Além do aumento dos preços médios, interferindo nos preços relativos afetando a estrutura tecnológica, a substituição de importações protege a indústria nascente em detrimento do setor agrícola (modelo com viés urbano). Todas essas crises geram um déficit na balança de pagamento, fazendo as importações ainda mais restritas. A redução da oferta de bens no mercado gera um aumento da taxa de inflação. As necessidades de importação de bens de capital e bens de consumo intermediário para a indústria ampliam ainda mais esse efeito.

Outra crítica a esse sistema é a concentração de renda. As tarifas cobradas para geração das barreiras protecionistas diminuem a produção de bens exportáveis e eleva a produção por substituição de importações. O aumento dos preços dos produtos importáveis, produzidos domesticamente, desloca capitais do setor exportador para o setor de mercado interno. A disputa por mais capital acresce seu preço e tende a reduzir o preço dos fatores mais abundantes, no caso a mão-de-obra. Como consequência, aumenta a participação da renda dos assalariados. Segue-se um processo de concentração de renda. (SOUZA, NALI, 2008).

Apesar da rápida industrialização em alguns países em desenvolvimento, a industrialização por substituição de importações, gerou um barateamento artificial do capital, camuflado na isenção de impostos, baixas taxas de juros e empréstimos facilitados de longo prazo. O que culminou também num lento crescimento do emprego.

Abrindo um parêntese a respeito da questão do lento crescimento apontado no texto acima é válido ressaltarmos a colocação de Tavares a respeito do tema:

Já vimos que uma das características de nossas economias é a permanência, quando não o aumento, do desemprego estrutural da mão de obra não qualificada. Por outro lado, constatamos também que no setor dinâmico por excelência – o secundário – a taxa de emprego tem crescido, nos últimos anos, menos do que a população, o que se deve não só ao crescimento explosivo desta, como também à tecnologia de alta densidade de capital adotada nos modernos ramos industriais.

As únicas possibilidades de contrabalançar esta tendência (dentro do modelo de substituição de importações, e na ausência de modificações profundas no setor primário) residiriam pois, basicamente, em absorver os excedentes populacionais no setor de serviços ou nos programas de obras públicas. Isso se fez em certa medida, sobretudo no primeiro, onde o “empreguismo” e o desemprego disfarçado são manifestações inequívocas da escassez de oportunidades em outras áreas. No setor de construções governamentais, porém, a tecnologia adotada tem sido, com raras exceções, também poupadora de mão de obra. Naturalmente isto decorre tanto de uma dependência tecnológica quanto da impossibilidade do próprio governo de se guiar pelos custos de oportunidade, desprezando os custos monetários em que incorre, sem um adequado mecanismo de financiamento.

Nada faz prever que essa tendência se modifique espontaneamente no futuro, e o problema poderá mesmo agravar-se com a introdução de novas técnicas ainda mais capitalísticas, não só no setor industrial como, em particular, no setor de serviços. (TAVARES, 2011, p.85/86)

O que notamos nessa forma de desenvolvimento é um acúmulo contínuo de capital, que é absolutamente necessária para o crescimento econômico, mas seu excesso de capacidade em alguns setores pode representar desperdício de recursos escassos, que poderiam ser alocados com mais eficiência em outros setores.

Testes recentes indicam que o aumento das exportações constitui um meio importante para elevar a produtividade e reduzir a capacidade ociosa. (Bruton, 1989, p. 1623). Uma economia voltada “para dentro”, agrava-se com o crescimento das necessidades de importar máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia. O crescimento econômico desse modelo tem encontrado limitações e escassez nas divisas para importar. Além dos altos custos decorrentes dos custos de proteção, que gerará posteriormente a redução do nível de poupança disponível, e conseqüentemente limitará o crescimento econômico no longo prazo.

Muitas críticas foram feitas ao modelo, mas o certo é que elas se referem mais a falta de coordenação da política econômica. Talvez devesse ter adotado um planejamento cuidadoso, que lançasse mão de uma maneira coordenada de todo o instrumental de política econômica à disposição do governo. Com isso poder-se-ia ter evitado o agravamento tensões de toda a sorte a que estiveram sujeitas as economias latino-americanas desde as tremendas pressões inflacionárias, até o aumento dos desequilíbrios setoriais e regionais. (TAVARES, 2011).

O protecionismo empregado pela modelo de substituição de importação servia apenas como um paliativo para solucionar o problema do desenvolvimento industrial dos países periféricos. Que ao passar de sua fase inicial de incentivo a indústria nascente, se tornaria falho, pois o mercado interno acabará por se tornar limitado demais.

5 CONCLUSÃO

O processo de industrialização dos países periféricos, não foi tarefa fácil. Principalmente porque o sentimento geral de grande parte dos economistas da época (décadas de 40 e 50) parece ter sido de descrença em relação ao modelo de desenvolvimento econômico existente e da perplexidade face à falta de teorias capazes de se adaptarem as realidades econômicas nos países subdesenvolvidos.

É neste cenário chamado por Bielschowsky de “vazio teórico”, que surgia a teoria de Prebisch e da Cepal. Essa teoria traria a possibilidade de industrialização dos países periféricos onde era proposta uma economia voltada “para dentro”.

Foi através da Cepal e sua teoria de desenvolvimento dos países periféricos que houve uma mudança na estrutura de desenvolvimento vigente na época, a tradicional divisão internacional do trabalho e a teoria das vantagens comparativas, seria fortemente criticada, e usada como base para o surgimento de uma nova teoria que favorece os países em desenvolvimento.

Com o estrangulamento do setor externo, as bases da economia da América Latina se voltariam para uma nova forma de desenvolvimento, o desenvolvimento por substituição de importações. O processo de industrialização por substituição de importações, não consistia em apenas diminuir, ou até mesmo acabar com as importações para substituí-los por produtos nacionais.

Na verdade não havia progresso tecnológico suficiente para rompermos as barreiras com o mercado interno. Até por que na divisão internacional do trabalho a América Latina se especializou em um ou dois bens primários, essa forma de desenvolvimento estimulou o crescimento industrial nos centros urbanos, mas surgia a produção de bens de consumo como tecidos, sapatos, móveis. Porém essas indústrias são de baixo nível de produtividade eram insuficientes para estimular um crescimento maior da indústria.

A mudança de modelo se fez necessário, e com o processo de substituição de importações, as economias em desenvolvendo favoreceriam suas economias internas, tentando suprir a demanda nacional. Essa mudança histórico-estrutural se fez necessário. E o novo modelo funcionou bem na fase inicial do processo de

industrialização dos países desenvolvidos. Porém a falta de planejamento, principalmente, tornou essa forma de desenvolvimento falha.

Uma economia protecionista gera monopólios, que conseqüentemente cria barreiras para entrada de novas indústrias no mercado, criando gargalos na economia e um crescimento marginal de indústrias. O que afetaria também a oferta de bens, com menos empresas e com as altas tarifas cobradas nas importações produtos, há uma diminuição da concorrência de mercado, prejudicando assim o consumidor. Além disso, o processo de industrialização por substituição de importações leva a um crescimento da indústria nascente em detrimento do setor agrícola, prejudicando as exportações.

Havia também uma falha no que diz respeito a questão da falta de planejamento. Argumenta-se que as restrições comerciais nada mais são do que respostas de curto prazo a problemas do balanço de pagamentos às políticas monetárias e fiscais restritivas, derivadas do combate à inflação. As reduções do nível de atividade de importações resultariam de políticas de estabilização de curto prazo e não do funcionamento do modelo de substituição de importações.

Conduzindo então um agravamento ainda maior da dualidade estrutural básica das economias latino-americanas, ou seja, a um alargamento da brecha existente entre o “setor capitalista” relativamente desenvolvido e o “setor de subsistência” extremamente subdesenvolvido. Isto não só impedirá que aquele atue como motor dinâmico do sistema como um todo, como, muito provavelmente, acabará por frear o seu próprio dinamismo interno. (TAVARES, 2011).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Revisada pelo autor: Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOLDENSTEW, Lidia. **Repensando a Dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento econômico**. 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e igualdade**. Organizadores: Vanessa Petrelle Côrrea, Monica Simioni. Ed. Esp. – Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

FURTADO, Celso, Eliza e OGLIARI, André e FRANÇA DE ABREU, Aline. **Gestão Integrada da Inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos**. São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro** - 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

http://www.nalijosouza.web.br.com/downloads/outros-textos/economiabrasileira/estrang_externo.pdf

Acesso: em 02 de abril 2012.

GOLDENSTEW, LIDIA. 1920. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3^a. ed. revista pelo autor.

<http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/capitulo11.pdf>

Acesso: 02 de abril 2012.

<http://www.unifra.br/professores/pereirajm/artigo%20Jos%C3%A9%20M.D.Pereira.pdf>
Acesso: 07 de abril 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 25ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1986.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Nozes, 1986.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.